

ATA 853

1
2 Ata da octingentésima quinquagésima terceira reunião Plenária, em convocação
3 ordinária, do Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região, realizada no trigésimo dia
4 do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e um, na modalidade online (Plataforma
5 GoogleMeet), em atenção às Portarias Administrativas CRP-PR nº 003 e 004/2020.
6 **Conselheiras(os) participantes:** Psic. Célia Mazza de Souza (CRP-08/02052) –
7 Presidente; Psic. João Batista Martins (CRP-08/07111) – Vice Presidente; Psic. Luccas
8 Danniell Maier Cechetto (CRP-08/27520) – Secretário; Psic. Ana Lígia Bragueto (CRP-
9 08/08334) - Tesoureira; Psic. Gustavo Lacatus da Costa de Oliveira (CRP-08/20191);
10 Psic. Marcel Cesar Julião Pereira (CRP-08/20665); Psic. Nyanne Costa Freire (CRP-
11 08/14350); Psic. Pedro Braga Carneiro (CRP-08/13363); Psic. Paulo Cesar de Oliveira
12 (CRP-08/17066); Psic. Renata Campos Mendonça (CRP-08/09371); Psic. Thaynara
13 Bianchessi Nagliate (CRP-08/28273); Psic. Vanessa Jacqueline Monti Chavez (CRP-
14 08/19849); Psic. Ana Lucia Canetti (CRP-08/10403); Psic. Flávio Voigt Komonski (CRP-
15 08/19733); Psic. Sabrina Meira Pimentel (CRP-08/28265); Psic. Sara Gladys Toninato
16 (CRP08-/07092). **Justificaram ausências:** Psic. Angela Aline Haiduk Rosa (CRP-
17 08/21752); Psic. Denis dos Santos Costa (CRP-08/10950); Psic. Andressa Roveda
18 (CRP-08/08990); Psic. Luciana de Almeida Moraes (CRP-08/14417); Psic. Michelly
19 Antunes Ribeiro (CRP-08/27324); Psic. Natalia Cesar de Britto (CRP-08/17325); Psic.
20 Ramon Andrade Ferreira (CRP-08/28114); Psic. Thalita Priscila Cabral Coelho (CRP-
21 08/29094). **Também presentes:** Joseli de Fátima Wasik (Gerente Adm-Financeira em
22 exercício); Psic. Allana Pazotti Figueiredo (CRP-08/25326) Assessora Técnica I; Psic.
23 Angelo Horst (CRP-17007) - Gerente Técnico; Psic. César Rosário Fernandes (CRP-
24 08/16715) - Assessor Técnico de Políticas Públicas; Karla Lucélia Losse Mendes
25 (Assessora de Imprensa); Psic. Milena Luiza Poletto (CRP-08/13828) - Coordenadora
26 de Comissões Especiais/Temáticas; Psic. Elaine Bernert (CRP-08/14475) –
27 Coordenadora Técnica da COF; Psic. Altieres Edegar Frei (CRP-0820211) - Assessor
28 Técnico de Pesquisas; Ellen Nemitz – Jornalista; Comissão Setorial Oeste: Psic. Sergio
29 Bezerra Pinto Junior (CRP-08/26037); Comissão Setorial Noroeste: Psic. Rodrigo
30 Taddeu da Silva (CRP – 08/22826); Comissão Setorial do Centro Ocidental: Psic.
31 Griziele Martins Feitosa (CRP-08/09153) (somente período da tarde); Comissão
32 Setorial Centro Oeste: Psic. Jully Annye Gallo Lacerda (CRP-08/26058); Comissão
33 Setorial Norte Pioneiro: Psic. Jussara Eliana Utida (CRP-08/01002); Psic. Eduardo da
34 Silva Antonio (CRP-08/30797); Psic. Lorena Maria da Silva (CRP-08/22083) –
35 Comissão Gestora – Maringá; Psic. Dyeniffer Jessica Bezerra Parisoto (CRP-08/
36 27407) – (somente período da tarde); Psic. Hayana Ramos de Matos Siqueira (CRP-
37 08/22145) – Comissão de Direitos Humanos - Diverges – Cascavel – (somente período
38 da tarde); Psic. Luciano Gomes Lopes (CRP-08/24529); Vanessa Jorge Leite; Psic.
39 Bruna Frogeri Fernandes (CRP-08/19294). Havendo quórum, às 9h tem início a reunião



40 Plenária, com orientações realizadas pela conselheira Célia a respeito do formato da
41 reunião (formas de inscrição para falas, liberação de microfones, vídeos e questões
42 ligadas a gravação e uso da imagem). Em seguida, passou-se a uma breve
43 apresentação das/os participantes. **1. DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL E**
44 **DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE**
45 **CRIANÇAS E ADOLESCENTES – 18 DE MAIO** Conselheira Célia inicia a pauta, em
46 função da participação de Fabiane Valmore (pesquisadora na área da Luta
47 Antmanicomail) nesta Plenária, com a sugestão de constituir um Grupo de Trabalho
48 (GT) para planejamento de ações alusivos ao 18 de maio. Explica que o CRP-PR
49 compõe a Frente Ampliada Nacional da Luta Antimanicomial, através do Sistema
50 Conselhos de Psicologia. Fabiane Valmore complementa que os estados do Ceará,
51 Amazonas, Santa Catarina e Rio de Janeiro estão constituindo suas Frentes estaduais.
52 Qualquer pessoa interessada pode ingressar nas Frentes, que são autogestionadas.
53 Informa que está participando da construção da Frente do Estado do Rio de Janeiro,
54 em função de pesquisa que realiza sobre arte e loucura, na área das ciências sociais,
55 onde pesquisa instituições manicomiais daquele Estado. Se dispõe a solicitar mais
56 informações sobre a experiência do Rio para contribuir com mobilização e formação do
57 grupo no Paraná. Psic. Cesar faz um resgate histórico sobre a articulação do CRP-PR
58 com a Frente Nacional. A organização se deu, fundamentalmente, enquanto Sistema
59 Conselhos, especialmente a partir do chamado “revogaço” da legislação ligada à saúde
60 mental, que seria implementado pelo Ministério da Saúde, supostamente embasado em
61 estudos antigos da área da psiquiatria. A representação do Paraná neste debate contou
62 com a participação das conselheiras Célia e Angela, além do colaborador Maurício Iwai
63 e do próprio assessor Cesar. De início, recomenda que o GT levante os pontos de
64 defesa da luta antimanicomial e como estes se relacionam com a Frente. No Paraná,
65 avalia que não existe atualmente um movimento organizado, em que pese existam
66 experiências dispersas que debatem a pauta. Lembra a movimentação realizada pelo
67 CRP-PR recentemente, em função do processo de hibridização dos CAPS de Curitiba,
68 mas que, como a grande maioria dos movimentos de defesa da Luta, teve dificuldades
69 sem se manter organicamente organizado. Nomeia alguns dos movimentos e
70 instituições ligadas/os à pauta e faz menção às comemorações dos 30 anos da Luta
71 (Encontro de Bauru) que, por sua vez, encaminhou poucas diretrizes para organização
72 de um movimento nacional conciso e orgânico (embora tenha reunido quase que a
73 totalidade dos movimentos pró-Luta). Fabiane Valmore reforça no *chat* que a formação
74 das Frentes Estaduais é totalmente autônoma e autogestionária, por princípio
75 fundamental. Explica que se trata de movimento autonomista. A Articulação com a
76 Frente Ampliada Nacional é um processo para construir um debate e proposições que
77 tenham um alcance nacional. Psic. Altieres concorda que existem dificuldades de se
78 criar um movimento nacional unificado, mas ressalta que há que reconhecer o lugar

79 progressista da iniciativa. Reflete que é preciso considerar as camadas do debate: a
80 primeira diz respeito à como integrar a Frente e contribuir com a capilaridade do debate
81 (o CRP tem condições, via seus grupos e Comissões, de descentralizar as discussões
82 e trazer as questões para o debate nacional - avalia); a segunda, aponta, seria planejar
83 atividades alusivas ao 18 de maio, que é o objetivo principal da pauta. Coloca-se à
84 disposição para compor o GT. Fabiane Valmore questiona se é possível, nesta
85 Plenária, abrir espaço para outra colega (Neli de Almeida), do Rio de Janeiro, que
86 compõe a Frente e que poderá explicar um pouco mais sobre sua constituição.
87 Conselheira Célia preocupa-se somente com a questão do tempo da Plenária. Entende
88 que este diálogo pode ser feio pelo GT, em conjunto com outros movimentos. Fabiane
89 Valmore acrescenta que a representante Neli se colocou à disposição para um
90 encontro específico com a pauta da Luta Antimanicomial. Cons. Pedro, no *chat*, se
91 coloca a disposição para participar do GT. Sugere consultar a cons. Angela, os
92 psicólogos Maurício Iwai e Thiago Ohara, além de verificar se a psicóloga Suzete
93 (Comissão Étnico Racial) tem interesse de participar. Conselheira Célia sugere consulta
94 ao psic. Fábio Lopes, representante do CRP-PR no Controle Social. Os assessores
95 Cesar e Altieres também comporão o GT. Psic. Cesar também recomenda a
96 participação das técnicas Allana e Milena. Cons. Pedro sugere planejar atividades
97 (formato de “Dialogando”, por exemplo, de defesa da luta antimanicomial em
98 Psicologia, em diferentes áreas e campos de atuação. Fabiane Valmore agradece a
99 abertura. Irá manter o contato com o psic. Altieres, para encaminhamentos necessários.
100 Encaminhamento: após discussão, é aprovada a constituição do GT, inicialmente
101 formado pelo cons. Pedro e técnicas/os Cesar, Altieres, Allana e Milena, com consulta à
102 cons. Angela e colaboradoras/es Maurício Iwai, Thiago Ohara, Suzete e Fábio Lopes. **2.**
103 **ATA 851** Conselheira Célia coloca em regime de votação a ata da 851ª Reunião
104 Plenária, realizada em 05 de dezembro de 2020. Encaminhamento: aprovada por
105 unanimidade. **3. INFORMES 3.1. Instrução Normativa (IN) CFP nº 007/2020** Psic.
106 Angelo informa sobre a IN que prorroga os prazos processuais e prescricionais dos
107 processos ordinários, disciplinares e funcionais no âmbito do Sistema Conselhos até o
108 dia 31 de janeiro de 2021. Explica que, a partir do dia 1º de fevereiro, passa a valer a
109 **Resolução CFP nº 036/2020**, que autoriza a realização de atos processuais,
110 audiências e julgamentos por videoconferência dos processos disciplinares, durante o
111 período de pandemia por COVID-19, com o uso de tecnologias de informação em
112 caráter excepcional, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia. Informa que ontem
113 (29/01) houve uma segunda etapa da formação voltada para conselheiras/os, a respeito
114 da elaboração de processos éticos, e no dia 26 de fevereiro haverá uma sessão
115 simulada de julgamento, também voltada para conselheiras/os e colaboradoras da
116 COE. Cons. Luccas explica que a Comissão de Ética tem feito um estudo jurídico da
117 Resolução do CFP, a fim de que se verifique a pertinência de publicar uma Resolução



118 própria do CRP-PR e que preencha eventuais lacunas na normativa federal,
119 especialmente no que diz respeito ao sigilo, segurança de dados, certificação digital,
120 etc. Na segunda-feira pela manhã haverá uma reunião de Presidentes das Comissões
121 de Ética do Sistema Conselhos, para discutir justamente esses ajustes necessários
122 entre os Regionais. Tem ainda a dimensão do teletrabalho e como dar acesso às partes
123 dos materiais físicos, compreendendo – preliminarmente - que talvez seja necessário
124 considerar alguns momentos de trabalho presencial para dar conta dos processos.
125 Conselheira Célia pondera que o CFP prorrogou seu regime de teletrabalho até 31/03,
126 contudo os Conselhos Regionais tem autonomia para decidir sobre o retorno ao
127 presencial ou não. Acrescenta que, no CRP-PR, ainda não há previsão de retorno,
128 defendendo que isso só aconteça após todas/os tomarem a vacina, com o máximo de
129 segurança possível. Conselheiro Paulo Cesar apresenta discussão promovida pela
130 COE sobre o quórum das Plenárias da Comissão de Ética, a fim de garantir que, na
131 hipótese de se ter um julgamento interrompido, seja possível continuá-lo sem prejuízo
132 de conhecimento das/os conselheiras/os sobre o conteúdo dos processos. Neste
133 sentido, conselheiro Luccas complementa que o quórum mínimo indicado seria de 10
134 participantes (02 a mais do quórum mínimo). Conselheira Célia pondera que é
135 necessário verificar o aspecto jurídico, no sentido de que a resolução própria se
136 restringir somente às questões já postas na resolução do CFP. Conselheiro Marcel
137 avalia que, mesmo deliberando-se por um quórum mínimo de 10, isso não resolveria a
138 questão, visto que sempre seria necessário 02 a mais do que o mínimo. Conselheira
139 Nyanne explica que se trata de uma discussão preliminar, que vem sendo
140 aprofundada na COE. Naturalmente, complementa, quanto mais conselheiras/os
141 puderem participar, melhor. Mas há que se considerar os imprevistos e dificuldades de
142 agenda. Psic. Angelo pondera que, estando em condição de voto, não há como a/o
143 conselheira/o apenas “figurar” na Plenária, de forma que será requerido a votar, desde
144 que não extrapole o quórum máximo de 15 votos. Neste sentido, compreende que não
145 há como estabelecer que 10 participam e somente 08 votam, por exemplo. A respeito
146 de reagendamento de julgamento (na hipótese de ter sido interrompido), pontua que
147 possivelmente seria marcado dentro do cronograma de Plenárias pré-determinado e
148 aprovado por todos. Em alguns casos é possível consultar as/os conselheiras/os e
149 marcar plenárias extraordinárias. Alerta que as Plenárias da COE são mais sensíveis
150 no que diz respeito ao quórum, em função da convocação antecipada das partes
151 denunciante e denunciada, e do respeito à/o psicóloga/o e à/ao usuária/o dos serviços
152 de Psicologia supostamente lesado. Recomenda que as/os conselheiras/os estejam
153 atentas/os ao calendário de Plenária e que façam o possível para participarem das
154 reuniões, especialmente as de sextas-feiras que são reservadas às pautas da
155 Comissão de Ética. Conselheiro Paulo Cesar sugere retomar o tema quando a COE
156 estiver finalizado sua discussão sobre a resolução. Conselheiro Pedro apresenta

157 manifestação do cons. Luccas no *chat*, conforme segue: “nossa preocupação não é
158 com cancelamento de plenária de julgamento. Estamos sendo otimistas que sempre
159 teremos quórum. Como eu disse, é no caso excepcional (tudo dando errado) de uma
160 sessão precisar ser interrompida e retomada em outro momento e alguns das/os
161 conselheiras/os que estavam na primeira não conseguem participar da segunda.
162 Como garantiríamos que eventuais substituições estariam aptas pra voto nessa sgunda
163 sessão? Mas é um caso que acreditamos que, se acontecer, será muito raro”. **3.2.**
164 **Grupo de Trabalho (GT) sobre Biossegurança (planejamento de atividades)**
165 Conselheiro Pedro explica que o GT foi formado para debater condições de
166 funcionamento do CRP-PR durante a pandemia de forma mais programática
167 (possibilidades de trabalho e de atendimento neste sistema de teletrabalho). A primeira
168 reunião foi cancelada, explica, em função de demandas urgentes sobre a vacina de
169 psicólogas/os. Contudo, foi possível realizá-la no início desta semana, com a
170 participação de representantes da equipe técnica e membros do Plenário. Decidiu-se
171 por um cronograma quinzenal de atividades. Nos próximos quinze dias os setores do
172 Conselho farão um levantamento de atividades que: 1) estão sendo desenvolvidas
173 remotamente sem prejuízos; 2) que não estão sendo executadas e; 3) que estão sendo
174 executadas, mas com necessidades de ajustes. Os setores também serão convidados
175 a encaminhar sugestões/recomendações. A próxima reunião será dia 09/02, onde
176 serão discutidas as informações levantadas pelos setores, no intento de planejar uma
177 estrutura de suporte ao teletrabalho e de aprimoramento da relação do CRP-PR com o
178 público que atende. **3.3. Vacinação para Psicólogas/os contra a COVID-19** Psic.
179 Cesar apresenta a pauta, informando que o CRP-PR tem atendido a solicitações de
180 Planos Municipais de Vacinação de quatro municípios, que solicitam a cessão de dados
181 de profissionais Psicólogos autônomos, com atuação na área da saúde, para vacinação
182 nas primeiras fases dos Planos. Foram abertas consultas à categoria em Curitiba,
183 Araucária, Guarapuava e Cascavel. Além disso, informa que foram feitas diversas
184 interlocuções com Prefeituras e com a própria Secretaria Estadual de Saúde, para
185 verificar o enquadramento de psicólogos como trabalhadores da saúde, uma vez que
186 todos são profissionais da saúde mas nem todos atuam na linha de frente de contenção
187 à pandemia. Informa que foi criado o e-mail [vacinacaocovid19\[at\]crprr.org.br](mailto:vacinacaocovid19@crprr.org.br) para
188 interlocução com a categoria e também uma sessão específica no site, com perguntas
189 e respostas. Avalia positivamente a iniciativa do Plenário em atender antecipada e
190 prontamente as solicitações do Poder Executivo. Conselheiro Pedro aponta que o
191 Plenário busca dar respostas bem refletidas a tudo que envolve o CRP-PR, como é o
192 caso (mesmo que indireto) da vacinação para psicólogas/os. Lembra que o Plano
193 Estadual de Vacinação é muito frágil ao apontar parâmetros/critérios a serem adotados.
194 O Plano Nacional é ainda mais frágil, delegando aos municípios o papel preponderante
195 no estabelecimento de suas métricas. Há uma percepção de precarização das equipes



196 e muitos municípios tem estabelecido seus critérios sem a inclusão de profissionais
197 autônomos. Complementa que a posição do Sistema Conselhos é pela defesa da
198 vacinação para toda a população. Ou seja: não cabe ao CRP buscar “privilégios” para
199 as/os psicólogas/os na “fila da vacinação”, já que existem muitas outras camadas da
200 sociedade que estão na linha de frente do atendimento aos casos da COVID. O que se
201 verifica, avalia, é que existe um número muito pequeno de doses disponíveis neste
202 momento. Reconhece que o trabalho da/o psicóloga/o é fundamental, mas existem
203 outras categorias que também são fundamentais para a qualidade de vida e
204 organização social. Por isso, reforça, a defesa dos Conselhos é para que toda a
205 população seja vacinada. Conselheira Célia relata sobre a busca das/os psicólogas/os
206 por informações junto ao Conselho (imperativo de consciência sobre se autodeclarar
207 profissional autônomo na linha de frente e produção de fakenews sobre aquisição de
208 vacinas pelos Conselhos Profissionais). Aponta que primeiro, de fato, é fundamental
209 que sejam vacinadas as categorias/camadas sociais mais vulneráveis. Psic. Cesar
210 enaltece o trabalho da Comunicação Social na organização de perguntas e respostas
211 no site. Recomenda que as/os colaboradoras/es busquem a informação oficial direto no
212 site do Conselho ou via e-mail vacinacaocovid@crppr.org.br. Lembra que os cadastros
213 disponibilizados no site são de responsabilidade do próprio profissional quanto à
214 veracidade das informações prestadas, não cabendo ao Conselho questionar.
215 Conselheira Renata recomenda dar mais visibilidade aos municípios nos *cards* de
216 divulgação dos cadastros. Conselheira Célia pondera que existem várias situações que
217 vão além da capacidade legal e estrutural de funcionamento do Conselho. Há uma
218 polarização no debate público (antagonismo de ideias) e exemplifica com
219 questionamentos, por exemplo, que são feitos à priorização do público
220 institucionalizado (presídios, instituições de longa permanência, etc) nas fases da
221 vacinação. **3.4. Registro profissional de Psicólogas/os egressas/os da FACEL.**
222 Cons. Célia explica alguns profissionais egressos da FACEL tem tido dificuldades para
223 obter seus diplomas junto à Faculdade, visto que foi fechada. Do ponto de vista da
224 inscrição/cadastro no CRP-PR, é possível fazê-la com a certidão de colação de grau e
225 apresentação de diploma em até 02 anos, prorrogáveis por mais 06 meses (mediante
226 comprovação da solicitação junto à universidade). Contudo, alguns não tem obtido
227 resposta da instituição e, em função da não apresentação do diploma na secretaria do
228 CRP-PR, é procedimento ex-officio o cancelamento da inscrição junto ao Conselho. Se
229 comprometeu a solicitar providências do CFP junto ao MEC para trabalhar essas
230 questões, que com certeza não envolve somente o Paraná. Cons. Pedro complementa
231 que, anteriormente, o Plenário deliberou por não mais acatar registros com “declaração
232 emitida por IES de que a/o estudante irá colar grau”, por identificar (em algumas
233 situações) indícios de fraude. O objetivo foi de enrijecer o processo para não dar
234 margem a situações semelhantes. **4. COMISSÕES ESPECIAIS 4.1. Comissões de**

235 **Psicologia Escolar e da Educação e Psicologia Jurídica** Cons. Pedro explica que
236 algumas psicólogas da Comissão de Psicologia Jurídica convidaram a Comissão de
237 Psicologia Escolar para uma discussão sobre a realidade do trabalho remoto das
238 escolas. De acordo com os relatos, há um aumento das notificações de violências
239 contra crianças, que trouxeram uma preocupação com a manutenção do cenário de
240 trabalho remoto das escolas. Conselheira Renata defende ampliar o debate, numa
241 forma multidisciplinar, convidando pediatras e outros profissionais. Cons. João lembra
242 sua participação em reunião, em Londrina, sobre a pauta. Ou se garante a escola, ou
243 se garante a vida - aponta. Na ocasião, posicionou-se (junto com o CRESS) contrário
244 ao retorno das atividades escolares presenciais, em função do cuidado com
245 trabalhadores e da fácil transmissão do vírus entre crianças. Cita que Londrina está
246 numa fase delicada. Defende a manutenção do posicionamento pela não retomada das
247 atividades escolares presenciais. Assessora Karla lembra que o próprio CRP fez uma
248 campanha “Se puder, fique em casa”. Neste momento, se for mudar a posição, é
249 preciso justificar tecnicamente do ponto de vista da Psicologia (quais fatores mudaram,
250 bases teóricas e técnicas, etc). Sobre a alegação de que muitas crianças não tem
251 alimentação (merenda) do município no período de trabalho remoto, o ideal seria que
252 as crianças não precisassem se expor ao vírus para receber o alimento. Em ambas as
253 situações, posicionamento contrário ou a favor da retomada das aulas presenciais, é
254 importante que a posição do CRP seja fundamentada. Conselheiro João lembra que as
255 crianças não constam no plano de vacinação, o que é mais um argumento para não
256 retomar. Conselheiro Marcel comenta que a posição das Organizações Mundiais é
257 pela prioridade à educação. Contudo, o que se observa, é que houve priorização do
258 comércio e da iniciativa privada. Priorizar a educação não significa retomar as aulas,
259 mas sim dar condições para que as crianças possam estudar, nem que para isso seja
260 necessário fechar o restante dos estabelecimentos. Há uma série de situações que
261 devem ser consideradas, indica: prejuízo social, desenvolvimento cognitivo, ambiente e
262 suporte familiar. É importante reconhecer que todas as crianças estão sendo
263 prejudicadas, com destaque àquelas mais fragilizadas (mesmo antes da pandemia).
264 Entende que a própria sociedade criou os impasses que agora procura resolver.
265 Lembra que, para o retorno, por orientação das próprias Organizações Mundiais, é
266 necessário que as questões sanitárias estejam controladas – o que não é o caso, neste
267 momento. Acrescenta que, para aulas retornarem ao presencial, há vários atores
268 envolvidos, mesmo que as crianças não sejam consideradas vetores de transmissão do
269 vírus. Se quer retomar as aulas, é fundamental tomar medidas drásticas. Entende que
270 uma pré-condição para retomada das aulas presenciais é tomar medidas drásticas para
271 que os números da pandemia baixem. Existem inúmeras iniciativas, que com boa
272 vontade dos Governos, poderiam ser adotadas para minimizar os impactos das aulas
273 remotas neste momento. Cons. Renata aponta que a escola deveria ser tratada como

274 prioridade e deveria ser considerada atividade essencial. Mas percebe que outras
275 atividades estão acima na escala de prioridade. É necessário entender que, neste
276 contexto, reabrir escolas é um problema sanitário gravíssimo. Concorde que não é
277 possível apoiar a reabertura das escolas neste momento. Cons. Paulo Cesar aponta
278 que muitas vezes os pais estão pensando em suas próprias necessidades, e não na
279 saúde de seus filhos. Psic. Cesar considera que é muito importante sistematizar as
280 ponderações trazidas. Lembra do Especial COVID, com orientações endereçadas
281 às(aos) Psicólogas(os) Escolares, publicadas no início da pandemia, e que talvez
282 pudessem servir de ponto de partida (tentar retomá-lo, no sentido de atualizar as
283 informações). Cesar complementa que é fundamental observar a situação do direito à
284 Educação mas sem deixar de lado a proteção à criança e adolescente à diversas
285 violências que acontecem e tem se agravado, no âmbito doméstico. Propõe reativar
286 articulação com o Movimento da Proteção Integral da Criança e Adolescente e pautar o
287 tema no 18 de maio. Cons. Célia lembra que os índices de notificações de violência
288 caem durante as aulas presenciais, pois a escola é uma rede de proteção. Psic. Angelo
289 aponta que a situação requer uma posição da Psicologia endereçada à sociedade
290 (gestores escolares, do poder público, etc), e não necessariamente endereçada às(aos)
291 Psicólogas(os). Cons. Pedro concorda que se trata de um diálogo com a sociedade e
292 retoma manifestação da psic. Julia no *chat*, conforme segue: *“Agradeço a discussão,*
293 *acredito muito que o Conselho pode contribuir com essa questão... Não podemos nos furtar a*
294 *trazer para a sociedade o debate sobre o lugar da educação na vida das crianças e*
295 *adolescentes, que não é só sobre transmissão de conhecimento, mas de proteção integral,*
296 *mudança social, e sim, cuidado!!!! Não vejo como egoímo dos pais porque não tem onde deixar*
297 *os filhos... A escola é o único equipamento social que divide com as famílias a tarefa de*
298 *cuidado e manutenção da vida!!”*. A questão da subnotificação tem sido muito preocupante,
299 *estamos tentando buscar os dados do CMDCA para comparar e avaliar o impacto da*
300 *pandemia”*. Cons. Pedro levanta uma possível contradição: se por um lado a escola
301 tem a função social protetiva e articulada em rede, só será possível que ela assuma
302 novamente este papel se forem adotadas estratégias para redução do número
303 contágios. Sugere marcar uma reunião específica sobre o tema, com pessoas
304 interessadas na área, a fim de escrever um documento de diálogo com a sociedade,
305 endereçado a gestores da educação, no sentido de apontar a importância da escola e
306 de que a sociedade crie formas de dar este papel a ela. Cons. João concorda que o
307 diálogo com a sociedade é importantíssimo. Sugere partir do acumulo já feito para
308 ampliar o debate em uma roda de conversa. Outras opções, aponta: 1) articular com a
309 UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação); 2) articular com a
310 UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação). Se não for possível organizar
311 de atividade conjunta, sugere ao menos solicitar a essas entidades que divulguem o
312 posicionamento do CRP. Lembra que ainda tem a ABEP, ABRAPEE, Sindicatos, o
313 próprio CRESS. Cons. Paulo Cesar reconhece o papel da escola na divisão da



314 educação das crianças. Não desconsidera a necessidade de pais que tem o apoio na
315 escola. Sobre os dados do CMDCA, avalia que são frágeis (dados não estão
316 sistematizados ainda). Mas dá pra dizer que, com base nas informações recebidas dos
317 conselhos tutelares/juizados, houve um aumento das violências contra crianças e
318 adolescentes neste período. Cons. Célia retoma proposta de realizar uma reunião
319 específica das Comissões, para encaminharem a produção de uma Nota Técnica ou
320 documento endereçado aos gestores. Ou, sugere, havendo necessidade, poderá ser
321 constituído um GT com esta finalidade. Cons. Pedro relata outras sugestões feitas no
322 chat: “Poderíamos fazer uma consulta ou pedir um papo com a Associação dos Conselheiros
323 Tutelares do Paraná (Actep)” (Cesar) e “Imagino que uma fonte melhor talvez seja a vigilância
324 sanitária do município. Pois, a ficha do SINAN, que é o instrumental utilizado para as
325 notificações oficiais, é enviada à vigilância. Inclusive, tomando por base contextos regionais, há
326 um déficit no preenchimento da ficha, que gera uma lacuna de casos” (Rodrigo Taddeu). Cons.
327 Celia entende que fica sob responsabilidade das Comissões o contato com as
328 sugestões elencadas, bem como agendamento de encontro específico (formato a
329 definir) para debater a temática a partir dos pontos levantados pelo Plenário. **4.2.**
330 **Nomeação de novas(os) colaboradoras(es)** Psic. Milena apresenta o nome da
331 Psicóloga Esther Julia Cordeiro da Silva (CRP-08/32550) como nova colaboradora da
332 Comissão de Psicologia na Assistência Social, da sede de Foz do Iguaçu. Explica que a
333 colaboradora também representará o CRP-PR no Conselho Municipal de Assistência
334 Social do Município. Encaminhamento: aprovada a nomeação. O primeiro período da
335 reunião Plenária é encerrado às 12h30min, com retorno agendado para 14h45min. **5.**
336 **FORMAÇÃO COM PROFª DRA. VANESSA JORGE LEITE (UERJ), SOBRE: “O**
337 **LUGAR DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NAS POLÍTICAS**
338 **PÚBLICAS**” Conselheiro Pedro contextualiza sobre a inclusão do tema na pauta da
339 Plenária, compreendendo que a pauta frequentemente perpassa o trabalho do Sistema
340 Conselhos. A expressão da sexualidade é uma das áreas de estudo e trabalho da
341 Psicologia. Há uma preocupação quanto às iniciativas que deslegitimem expressões e
342 vivências transexuais e, portanto, a ideia da formação é ampliar o debate,
343 fundamentando as discussões no âmbito acadêmico, mas também político. Neste
344 sentido, foi convidada a Profª Dra. Vanessa Jorge Leite (UERJ) para promover a
345 formação junto às/aos participantes da Plenária. Ela possui graduação em Psicologia
346 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990), mestrado em Saúde Coletiva
347 (2009) e doutorado em Saúde Coletiva (2014) pelo Instituto de Medicina Social da
348 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Realizou pós-doutorado no
349 IMS/UERJ (2018). É pesquisadora associada do Centro Latino-Americano em
350 Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), onde coordena o Curso de
351 Especialização em Gênero e Sexualidade (EGeS), e presta consultoria a organizações
352 da sociedade civil. Tem experiência profissional na área de defesa, promoção e



353 garantia de direitos de adolescentes, jovens, mulheres e população LGBT. Tem
354 dedicado seus estudos aos seguintes temas: sexualidade, gênero, direitos humanos e
355 políticas pública. A professora Vanessa conduz a apresentação sobre o tema, trazendo
356 reflexões sobre o cenário das políticas públicas, respondendo às perguntas das/os
357 participantes. Após a formação de debate, o Plenário agradece a participação da
358 professora Vanessa, encerrando esta reunião às 17h. Nada mais tendo a relatar, eu,
359 Angelo Horst, gerente técnico deste Conselho, lavrei esta ata que vai por mim e pelo
360 Conselheiro Secretário, Psic. Luccas Danniel Maier Cechetto. A lista de presenças vai
361 anexada e passa a fazer parte integrante desta ata.



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 02/03/2021 às 14:15:18 (GMT -3:00)

Ata853 - 30-01-2021

ID única do documento: #4136eb7a-70ff-42cf-889d-ef6b53f8c8f6

Hash do documento original (SHA256): bd5e9c63a4eb0cde1601159479a7738ad1669c2aec4305f6416293695896b642

Este Log é exclusivo ao documento número #4136eb7a-70ff-42cf-889d-ef6b53f8c8f6 e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (2)

- ✓ **Luccas Danniell Maier Cechetto (Outorgante)**
Assinou em 02/03/2021 às 14:18:40 (GMT -3:00)
- ✓ **Angelo Horst (Outorgante)**
Assinou em 02/03/2021 às 14:18:25 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora	Evento
02/03/2021 às 14:15:17 (GMT -3:00)	Angelo Horst solicitou as assinaturas.
02/03/2021 às 14:18:25 (GMT -3:00)	Angelo Horst (CPF 063.817.929-73; E-mail angelo.horst@crppr.org.br ; IP 187.59.15.134), assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br . Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.
02/03/2021 às 14:18:40 (GMT -3:00)	Luccas Danniell Maier Cechetto (CPF 046.960.149-32; E-mail lucaspsicoac@gmail.com ; IP 168.194.162.170), assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br . Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

Data e hora

02/03/2021 às 14:18:40
(GMT -3:00)

Evento

Documento assinado por todos os participantes.